

**RESENHA DO LIVRO “RACISMO E SOCIEDADE – NOVAS BASES
EPISTEMOLÓGICAS PARA A COMPREENSÃO DO RACISMO NA HISTÓRIA”,
DE CARLOS MOORE**

André Luiz Rosa Barbosa¹

Carla Rodrigues Souza²

Este texto se apresenta como uma resenha de uma das obras de Carlos Moore. O autor do livro intitulado “*Racismo e Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo*”, nasceu em Cuba, em 1942. É um escritor, pesquisador e cientista social dedicado ao registro da história e da cultura negra. Possui doutorado em Etnologia e em Ciências Humanas, ambos pela Universidade de Paris. Entre 1984 e 2000 foi Professor Visitante na Universidade Internacional da Flórida (EUA), Universidade do Caribe (Trinidad-Tobago), e Universidade do Caribe Francês (Martinica e Guadalupe). É autor de obras consagradas na discussão sobre racismo, marxismo e pan-africanismo, tais como “*O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friederich Engels frente ao racismo e à escravidão*”; “*A África que Incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*”, entre outras.

Enquanto discentes do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense, e inseridos na disciplina de Teoria Geral do Estado II, que se caracteriza como uma disciplina que estuda os fenômenos do Estado, desde sua origem, formação, estrutura, organização, funcionamento e suas finalidades e que sistematiza conhecimentos jurídicos, filosóficos, sociológicos, políticos, históricos, geográficos, antropológicos, econômicos e psicológicos, se apoderar de elementos que discutam a questão racial, é algo de suma importância acadêmica .

O livro *Racismo e Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo* se divide em 3 partes, compostas por 9 capítulos, tratando do “Racismo e escravidão: O surgimento do sistema de escravidão racial”, “O papel do racismo na eclosão da sociedade capitalista” e “Tipologias de relações raciais da contemporaneidade”, respectivamente. O texto preliminar de apresentação, prefácio, foi escrito Kabengele Munanga, professor do Departamento de Antropologia/ FFLCH – USP. Neste, Munanga

¹ Graduando em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Graduanda em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF).

versa sobre o objetivo de persuasão de discursos sociais acerca das políticas públicas de ações afirmativas que beneficiam negros e indígenas, que sugerem que estas terão como consequência, o fenômeno de racialização do Brasil e a eclosão de conflitos raciais, idéia esta refutada e criticada por Munanga, que afirma que imputar à ação afirmativa às divisões inerentes à história e a estrutura da sociedade é negar a própria história e estrutura da sociedade, além de afirmar que as políticas de ação afirmativa e as cotas surgem com uma ação deliberada para corrigir as desigualdades resultantes da racialização já existente na origem do racismo.

Na introdução do livro, o autor buscar apresentar um panorama sócio-histórico acerca do estudo e da interpretação do racismo. Moore aponta que dois grandes desastres na história da humanidade orientaram este fato histórico: o holocausto judeu e a escravidão negro-africana. Estes momentos históricos, segundo o autor, só começaram a ser examinados após a Segunda Guerra Mundial, onde se entendia que o racismo era a sistematização de valores e idéias do europeu, em relação à diversidade racial e cultural dos diferentes povos, quando estes entraram em contato. Moore explicita que esta obra tem o objetivo de examinar a problemática do racismo, em um aspecto que vá além da perspectiva hegemônica européia sobre o mundo, nos últimos quinhentos anos.

A obra, na sua primeira parte, denominada Racismo e escravidão: o surgimento do sistema de escravidão racial trata em seu primeiro capítulo, sobre anterioridade geográfica dos povos melanodérmicos. Discute sobre os primórdios da humanidade, sobre o homem enquanto ser biológico e as ininterruptas mutações que deram origem ao mesmo. A obra se apropria do estudo Darwiniano acerca do surgimento dos hominídeos, onde Darwin em 1871, embora não possuísse os recursos tecnológicos atuais, já apontava para onde provavelmente, se deu a trajetória dos hominídeos, prevendo que os ancestrais mais antigos do homem seriam encontrados na África, idéia esta evidenciada cinquenta anos mais tarde por Raymond Dart, que descreveu o fóssil de um crânio encontrado na África do Sul.

A partir desta afirmação, Moore discorre acerca das características fenotípicas que se configuram como mais adaptadas ao continente e questão e ao clima que o mesmo possui, como influência da posição da Terra em relação ao sol, as taxas elevadas de melanina nos primeiros representantes do gênero *homo* e a morfologia do nariz. E questiona ainda acerca do modo como o surgimento das diferentes tonalidades da cor da pele influíram nas linhas de identificação de si mesmo e das demais espécies.

Moore busca desvendar a gênese do racismo na história, e explicita que para tratar deste assunto, se faz necessário antes elucidar a questão da “raça”, que para este deve ser entendida não como um conceito que possa ser definido segundo critérios biológicos, mas afirma que o termo “raça” existe enquanto construção sócio-política, o que não é o caso do racismo, que se apresenta como um fenômeno que antecede sua própria definição.

A obra do antropólogo espanhol, Gervásio Fournier-González de 1901, intitulada “A Raça Negra é a mais antiga das Raças Humanas” é citada por Moore, que aponta que a mesma buscou demonstrar a anterioridade dos povos melanodérmicos na Europa, Ásia e Oriente Médio, baseando-se em conhecimentos da Paleontologia, da Arqueologia, da História e da Geografia da época, no momento em que a colonização européia do Continente Africano se iniciava e num período em que nas Américas, os descendentes da África acabavam de emergir de três séculos de escravidão. E ressalta ainda que a obra permanece até hoje como umas das produções mais desconhecidas nos estudos antropológicos.

O cerne da discussão é indicado por Moore, onde este elenca que a mesma se baseia na seguinte questão: A origem africana do gênero humano e também dos humanos anatomicamente modernos, tem nítidas implicações demográficas e históricas, que se referem à antiguidade absoluta das populações africanas e à ubiquidade da presença africana em todos os cantos do planeta. Apresenta ainda duas constatações: a hostilidade e o medo da cor negra enquanto fenômeno universal, que se encontra em mitos arquetípicos de povos euro-semitas da Europa e do Oriente Médio – onde se sugere a ocorrência de graves conflitos entre povos melanodérmicos e leucodérmicos, e na cultura da maioria dos povos não-negros e pelo temor e repulsa em relação aos povos de pele negra, na Europa, no Oriente Médio e na Ásia Meridional, como confirmam as análises dos velhos mitos. Moore não vê outra explicação válida para a ubiquidade da repulsa e do medo que causa a cor negra (“luto”, “tenebroso”, “sujo”, “má sorte”).

A escravidão econômica generalizada greco-romana também é discutida por Moore nesta obra, em seu segundo capítulo. O autor inicia o capítulo fazendo um apontamento acerca da xenofobia. Segundo o autor, gregos e romanos constituíram um mundo amparado na distinção dos seres humanos entre “inferiores” ou “superiores”, “bárbaros” e “civilizados”. Afirma ainda que estes povos eram profundamente xenófobos, considerando automaticamente como “bárbaros”, todo e qualquer estrangeiro e se basearam na escravidão como modo principal e dominante de produção. O fato é que na obra de Moore,

fica evidenciada que no pensamento greco-romano, a natureza e a inteligência humana foram definidas segundo critérios baseados no fenótipo.

Já no mundo árabe, como trata o terceiro capítulo, Moore cita o acadêmico britânico especialista em história do Islão e na interação entre o Islão e o Ocidente, Bernard Lewis (1982). Este apresenta duas imagens contraditórias sobre o racismo no mundo islâmico. A primeira provém da obra *A Study of History*, de A. J. Toynbee (Londres, 1939), que descreve o mundo do Islã como uma sociedade igualitária no plano social, desprovida de qualquer discriminação racial, salvo um leve preconceito contra os loiros e a segunda se refere ao conto das *Mil e Uma noites* que revela um quadro familiar de fantasmas sexuais, de discriminação social, de divisão e de uma identificação inconsciente positiva com o que é claro, e negativa com o que é mais escuro, onde ainda neste conto, negros frequentemente apareciam em funções subalternas. Há ainda a citação de uma história em que um escravo negro que havia levado uma vida virtuosa, fora recompensado após a morte, ao tornar-se branco.

Moore aponta que existem vários indícios que apontam para a vigência de distinções e tratamentos discriminatórios para com os africanos e estes podem ser encontrados no *Alcorão*, que admite a escravidão como fato natural da vida. A representação do negro na literatura poética árabe ilustra a inferioridade atribuída aos negros, onde numerosos poemas e relatos têm-se passagens que indicam que eles eram vítimas de insultos e de discriminação. Em relação à representação do negro na literatura religiosa, Moore afirma que nos textos, busca-se condenar o racismo e a discriminação. Mas de fato, a piedade tem mais importância do que o fato de ser negro, e a falta de fé, mais do que ser branco, o que não quer dizer que a cor não tenha importância, mas que, um negro piedoso se torna branco e um branco maldoso, se torna negro.

Neste contexto, vale ressaltar que o sistema escravista desenvolvido durante sete séculos pelos árabes-muçulmanos, elegeu o continente africano, partindo da África do Norte, como o centro fornecedor de negros escravizados.

A segunda parte deste livro, trás à discussão o papel do racismo na eclosão da modernidade capitalista, discutindo em seu quarto capítulo o capitalismo e a escravidão e as bases raciológicas do mundo moderno. Moore acredita que analisar as origens do capitalismo como sendo o fruto de uma evolução exclusivamente orgânica e linear da sociedade ocidental ou como produto do “gênio”, que segundo muitos autores, seria específico aos europeus é uma erro, no qual caiu mais de um pensador. Em busca de

argumentos e explicações, Moore examina explicações de alguns autores acerca desta temática, tais como Max Weber (2002), que para Moore, apresenta uma noção de capitalismo muito abrangente, na medida em que comporta qualquer intenção estruturada socialmente com o fim de obter lucro, onde não existe “o capitalismo”, referido especificamente à Idade Moderna, como habitualmente pensamos, mas sim, os “capitalismos” e Eric Williams (1975), que acredita ser o capitalismo, um sistema que cria, gratifica e difunde valores sociais conflitantes, que semeiam a indiferença e a insensibilidades diante das misérias humanas e as depredações de toda ordem que ele próprio provoca.

No capítulo 5 da obra o autor discorre sobre algumas teses, uma delas é a de Walter Rodney, um importante historiador, ativista político e erudito da Guiana. Rodney obteve um doutorado em História Africana em 1966 na Escola de Estudos Orientais e Africanos em Londres, Inglaterra, com a idade de 24 anos. Sua dissertação, que se concentrou no tráfico de escravos na Costa da Alta Guiné, foi publicada pela Oxford University Press em 1970 sob o título *A History of the Upper Guinea Coast 1545-1800* e foi amplamente aclamado por sua originalidade ao desafiar a sabedoria convencional sobre o tema.

Dentre outras coisas destacadas pelo autor sobre a tese de Walter Rodney encontra-se a informação de que o surgimento e a expansão do capitalismo industrial, entendido como uma formação social e relações de produção específicas, só foram possíveis porque o desenvolvimento orgânico do Continente Africano foi brutalmente interrompido e logo descaracterizado em função de exigências exógenas cada vez mais poderosas. O processo capitalista promovido pela Europa Ocidental singularizou o surgimento e a expansão em grande escala de um sistema produtivo dotado de uma dinâmica capaz de absorver, subalternizar ou esmagar todas as outras formações econômicas e sociais pré-existentes.

Foi o surgimento da grande indústria, ligada à existência de um mercado amplo e coerente, que conferiu ao capitalismo dos séculos XVII-XVIII a capacidade de se converter em um modo de produção hegemônico. O desejo do lucro era inibido por fortes estruturas sociais; todavia, a conjuntura de dada porção européia criou formas de retirar, progressivamente, esses freios sociais. Com o afrouxamento dos freios sociais, essa possibilidade se converteu em realidade.

A concepção de propriedade privada, fundamental para tornar possível o estabelecimento do capitalismo, só surge, segundo o autor, com a ascensão desse processo

econômico europeu. A África, diferentemente, conservou outra concepção sobre propriedade de recursos. Nesse continente predominava o comunalismo e a posse da terra era coletiva. A abundância de terras, assim como as poucas pressões sociais para seu uso – em face do sistema de parentesco –, somadas a poucos incentivos à mudança das técnicas de produção acabaram por não implicar a revolução das técnicas, até então, utilizadas pelos africanos com pertinência. Segundo Rodney, na Ásia, a propriedade era comunal, porém existiram avanços significativos em razão da presença do Estado, diferentemente dos Estados africanos mais avançados, que não promoveram e nem supervisionaram o desenvolvimento agrícola, a propriedade da terra continuou comunal e o trabalho sendo desenvolvido pela família.

Existiu um sistema escravista na África, especialmente no norte, em sociedades muçumanas, porém esse dado deve ser bem analisado e contextualizado. Em outras partes da África, por exemplo, as sociedades comunistas conheceram a prática de apropriação dos indivíduos pela demanda das capturas em períodos de guerra. Além disso, a possibilidade de esses indivíduos serem integrados à sociedade era muito grande. Rodney é categórico: a escravização não existiu como modo de produção em nenhuma sociedade africana. As divisões de classe já existentes em algumas sociedades africanas foram, como sublinhou Rodney, aprofundadas pela intervenção da Europa, que “tencionou as divisões de classe internas já existentes e criou novas” (1982, p. 97).

O autor também fala como aconteceu o processo de inferiorização do continente africano. Afirma que nos séculos iniciais do comércio com a Europa a África experimentou a perda da oportunidade de se desenvolver. Ela teve seu avanço tecnológico totalmente bloqueado e o tráfico teve um papel fundamental porque subtraiu os jovens e os adultos que são os principais agentes geradores de inovações (*Idem, ibidem*, p. 124). Esses efeitos colaterais do tráfico negreiro constituíram outro elemento que determinou a regressão, em termos globais, que o Continente Africano sofrera a partir do contato com a Europa.

O autor saliente o papel vital que desempenhou a própria elite africana no tráfico de escravos. Devido à periferização e “satelitização” da África, a partir do século VII, as elites dominantes de países africanos, outrora poderosos, passaram a ser, progressiva e irreversivelmente, meros clientes econômicos, políticos e religiosos dos grandes centros extra-africanos de poder. Essa situação, por sua vez, induziu à crescente perda de confiança daquelas elites, o que permitiu a submissão ideológica e comercial de poderosos Estados africanos aos desígnios imperiais dos árabes e dos europeus. Assim, a exportação

de mão-de-obra escrava se converteu numa pauta ascendente da vida econômica das sociedades neoclássicas africanas até chegar a ser a pedra angular da vida comercial com o exterior durante o período Ressurgentista ulterior, conclui o autor.

A partir do século IX, constata-se um processo de crescente *periferização econômica* e, por conseguinte, de ascendente *subalternização ideológica* do Continente Africano em relação às dinâmicas econômicas e políticas extra-africanas. A Europa que subdesenvolveu o Continente Africano em benefício próprio, já considerava essa região, desde a alta Idade Média, como o “continente maldito”, o “refúgio de Satã”, o “berço do pecado”. Além de estar povoada de “selvagens primitivos” e de “gente canibal”, a África era o lugar de origem dos “pretos”, criados por Deus, mas amaldiçoados por ele a serem uma “raça de escravos”.

Segundo o autor, o racismo – fenômeno livremente surgido da consciência do homem, portanto oriundo das instâncias que denominamos de culturais – teria desempenhado um papel *determinante* na elaboração da trama específica que desembocou no choque brutal entre o Ocidente e o resto do planeta. Sabemos que foi deste choque que surgiram as condições condizentes à Modernidade propriamente capitalista, por meio da Revolução Industrial na Inglaterra protestante.

A escravidão corresponde a mais primitiva das formas de coerção destinada a extorquir de um ser humano a sua força de trabalho em proveito de outro que se dispensa da mesma obrigação. Trata-se da primeira e mais primitiva das formas de esmagamento do homem pelo homem, de extorsão da força de trabalho do semelhante e do confisco de sua dignidade humana.

O autor identifica o surgimento do racismo, por encontrar três dinâmicas convergentes de um mesmo processo: a) a fenotipização de diferenças civilizatórias e culturais; b) a simbologização da ordem fenotipizada por meio da transferência do conflito concreto para a esfera do fantasmático (isso implica fenômenos como a demonização das características fenotípicas do vencido em detrimento da exaltação das características do segmento populacional vencedor); e c) o estabelecimento de uma ordem social baseada numa hierarquização raciológica, mediante a subordinação política e socioeconômica permanente do mundo populacional conquistado.

Segundo Moore, a luta antirracista implica a adoção voluntarista de toda uma série de ações, estendidas a todos os recantos da sociedade, que atinjam tanto o segmento que, de fato, é racialmente dominante quanto o segmento que, historicamente, é racialmente

subalternizado. As ideologias racistas são abrangentes na medida em que o racismo também é abrangente; na vida cotidiana, ele não aparece mais como um corpo estrangeiro, identificável, chegando a ser fácil negar a sua existência. No seu ponto mais alto de sucesso evolutivo, o racismo, como forma de consciência grupal, não aparece mais como racismo e, até mesmo, se nega como tal. É essa característica de poder se “negar a si mesmo” que lhe confere tal plasticidade e resistência aos esforços de mudança.

Carlos Moore convida toda a sociedade multirracial a se olhar e se definir em relação ao padrão estético-racial. Ele firma que é pura ficção pensar que a miscigenação reduz o racismo. Pelo contrário, ele o magnifica e o potencializa, tornando a vida nessas sociedades multirraciais um verdadeiro inferno em torno às feições, cor da pele, forma do nariz e textura do cabelo. As sociedades que pertencem à tipologia pigmentocrática veem um verdadeiro desdobramento do racismo: pela ação de destruição miscigenadora praticada pelo segmento dominador, por uma parte, e pelas estratégias de evasão e assimilação do novo “setor intermediário mestiço”, por outra. Essas ações são efetivadas em puro detrimento do segmento do qual surgiu a realidade biológica mestiça – o segmento dominado – e redundam unicamente em benefício do segmento superior e dominante. É com este último, portanto, que o “mestiço” tenderá geralmente a identificar-se.

A obra discute acerca de idéia de que todos foram socializados na noção que o racismo era uma pura questão de indecência, ignorância ou vulgaridade, e nada mais. Que ele podia ser facilmente vencido por meio da educação; da adoção de “modais decentes”; da prédica religiosa e do “abrandamento do coração”. No entanto, as mais fortes evidências históricas, que apontam para o sentido de que o racismo teria se constituído historicamente, e não ideologicamente, mudam esse quadro.

Ele afirma que tanto o sexismo quanto o racismo compartilham a singularidade de serem dinâmicas determinadas e construídas historicamente e não ideologicamente, explica Moore. Por isso, a gênese desses dois fenômenos não parte de elaborações intelectuais conscientes, mas de conflitos longínquos, cujas origens se perdem no fundo do tempo, persistindo na consciência contemporânea sob a forma fantasmática, simbólica e atemporal. Neste contexto, o sexismo é um fenômeno exclusivamente anti-mulher e o racismo um fenômeno fundamentalmente anti-negro. Contrariamente aos preconceitos, estes são fenômenos atemporais, universais e transversais. Como formas de consciência historicamente construídas e determinadas, atemporais e englobantes, o racismo e o

sexismo perpassam todas as culturas e todas as civilizações. Eles atravessam os milênios, os modos de produção, as religiões, as filosofias e as ideologias.

Parece, segundo a concepção de Moore, suficientemente óbvio que o racismo corresponda a uma forma específica de *ódio*; um ódio peculiar dirigido especificamente contra toda uma parte da Humanidade, identificada a partir de seu fenótipo. Desde o que conhecemos do seu início, o racismo surgiu e se desenvolveu em torno da luta pela posse e a preservação monopolista dos recursos vitais da sociedade. Nas sociedades atuais, os recursos vitais se definem em grande medida em termos de acesso: à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer, e até ao direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e as forças incumbidas da manutenção da paz. O racismo veda o acesso a tudo isso, limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função de seu fenótipo.

A função básica do racismo expressa nesta obra, é de blindar os privilégios do segmento hegemônico da sociedade, cuja dominância se expressa por meio de um *continuum* de características fenotípicas, ao tempo que fragiliza, fraciona e torna impotente o segmento subalternizado. Isto equivale dizer que o racismo beneficia e privilegia os interesses exclusivos da raça dominante, prejudicando somente os interesses da raça subalternizada. O racista usufrui privilégios e vantagens concretas, como o produto do exercício de um poder total, enquanto o alvo do racismo experimenta exatamente a situação contrária. O racista se beneficia do racismo em todos os sentidos: econômica, política, militar, social e psicologicamente.

Por ser uma forma de consciência historicamente determinada, o racismo é fundamentalmente transversal, ou seja, atravessa todos os segmentos da sociedade e todas as formas de organização social: partidos políticos, religiões, ideologias, etc. Afeta, ainda, todas as camadas da sociedade, sendo um fator majoritário no universo onde se sustenta emocional e historicamente.

Neste cenário, longe de recuar diante da educação e da ciência, e em vez de ser contido pelo acúmulo crescente de conhecimentos, o racismo adentra-se na ciência e converte-se em modo de educação. Ele ressurge como um racismo mais “científico”, mais “refinado” e, crescentemente, mais “cordial” e “educado”. A realidade é que, como assinalou pertinentemente o pensador Aimé Cesaire, em *Discurso sobre o Colonialismo*

(1971), o racismo evolui constantemente. Ademais, evolui sempre em uma única direção: o nazismo. Cada vez que o racismo recua, ele o faz somente diante de uma ferrenha oposição. E cada vez que essa oposição enfraquece, ele começa novamente a ganhar novos espaços, continuando a evoluir – da mesma forma que evolui o tempo – conforme o seu sentido inicial. O racismo nunca recua de forma permanente.

A obra diz que o racismo é um fator permanente na sociedade, na medida em que ele é o produto de uma longa elaboração histórica e não intelectual. A luta permanente e multifacetada contra o racismo, nas suas formas estruturais e sistêmicas, no imaginário social, e nas suas formulações ideológicas, se faz necessária em nível planetário. Moore acredita não ter a humanidade, outra opção. De outro modo, o ser humano terá voltado às costas ao mais elementar dos requisitos da natureza e dos organismos vivos: a diferenciação, a constante multiplicação do diferente – do Outro – como origem, essência e exigência para a continuidade da Vida. Acabar com o Outro – negando-o ou exterminando-o – é, necessariamente, fechar a porta ao futuro, acabar com nossa espécie, assassinar a Vida.

Carlos Moore deixa claro, em sua extensa pesquisa sobre o assunto, que a origem do racismo remonta a conflitos históricos, onde os povos dominados eram inferiorizados, incluindo todas as suas características fenotípicas, enquanto os vencedores eram enaltecidos. Aliados a isso ele expõem as razões do continente africano não ter acompanhado o processo de desenvolvimento econômico mundial e ter sido “escolhido” como fonte de fornecimento de trabalho escravo, impossibilitando assim o seu desenvolvimento. Devido a essa “inferiorização”, esse continente, juntamente com todas as características fenotípicas de seu povo, viu o fortalecimento do racismo em âmbito mundial, e ele ser propagado e enraizado até nossos dias.

Diante da leitura e reflexão acerca da obra de Carlos Moore, observamos ao analisar dados atuais do nosso país, o quão verídica é a declaração de que nas sociedades atuais, os recursos vitais, ou termos de acesso à educação, serviços públicos, serviços sociais, poder político, capital de financiamento, oportunidades de emprego, estruturas de lazer, e até ao direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e as forças incumbidas da manutenção da paz, é vedado pelo racismo, limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função de seu fenótipo.

Fazendo um paralelo com o cenário político brasileiro, apenas 3% dos políticos eleitos no ano de 2014 se declararam negros, segundo pesquisa da Revista Congresso em Foco (SARDINHA, 2014). Isso quer dizer que a política nacional, especialmente o poder legislativo, ainda é dominado massivamente por indivíduos brancos. Fato esse preocupante do ponto de vista institucional, porque sua atuação ignora algumas vivências para as quais somente a população negra poderia se atentar. Este dado nos remete novamente ao que foi discutido por Kabengele Munanga na apresentação desta obra, assim como todo discurso de Moore, objetivando examinar a problemática do racismo. O cenário político brasileiro é predominantemente branco, embora a população brasileira seja composta em sua maioria por negros (54%), segundo censo do IBGE de 2015. Diante deste fato, inseridos no meio acadêmico, nos interessa a discussão acerca da falta histórica de alunos, pesquisadores e professores negros nos quadros públicos federais e como estes dados contribuíram para a lei nacional de cotas, nº 12.711/2012, que estabelece a obrigatoriedade de reserva de, no mínimo, 50% das vagas em universidades federais e para estudantes que tenham cursado a integralidade do ensino médio em instituições públicas de ensino. Além disso, a mesma lei prevê que essas vagas sejam preenchidas de acordo com a distribuição de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência nas diferentes unidades da federação.

Todavia, acreditamos ser essa uma forma de adequar à realidade social e etnográfica os meios de acesso ao ensino superior público no Brasil, afinal, as instituições de ensino também devem refletir a sociedade, onde medidas como esta, possibilitam a desconstrução gradativa das implicações do processo histórico do racismo.

Referências Bibliográficas

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Porto: Poveira, 1971.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

RODNEY, Walter. **De como Europa subdesarrolou a África**. México: Siglo XXI, 1982.

SARDINHA, Edson. **Só 3% dos eleitos em 2014 se declaram negros**. 2014. Disponível em: congressoemfoco.uol.com.br/noticias/so-3-dos-eleitos-em-2014-se-declaram-negros/?utm_source=blog&utm_campaign=rc_blogpost. Acesso em: 18 out. 2017.